



**A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUIVÍSTICA PARA A GESTÃO DO ACERVO
FOTOGRAFICO DE UM MUSEU
O CASO DO MUSEU HISTÓRICO E DE ARTES DE IBIPORÃ – PR
“ESPAÇO DE MEMÓRIA”**

GLEICE CARLOS NOGUEIRA RODRIGUES

gleice_ba@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Londrina - PR

O trabalho, já apresentado para a conclusão do curso de Arquivologia na Universidade Estadual de Londrina em 2006, aponta as semelhanças entre duas das áreas que trabalham com a informação registrada: a Museologia e a Arquivologia, discorrendo sobre cada uma delas, bem como, indica as convergências entre as instituições de custódia e disseminação da informação as quais estão inseridas: os Museus e os Arquivos citando suas características e objetivos e nesse universo das Ciências da Informação situa os arquivos fotográficos, importantes fontes de pesquisa e de preservação da memória, argumentando sobre a importância da arquivística e do profissional arquivista para sua gestão.

Baseando-se na literatura e na experiência adquirida com o trabalho desenvolvido com o acervo fotográfico do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”, o trabalho considera as fotografias como documentos arquivísticos e expõe os procedimentos que podem ser a elas aplicados como diagnóstico do acervo, identificação, descrição, arranjo, elaboração dos instrumentos de pesquisa, meios de conservação, entre outros, fundamentais para a preservação e a agilidade na recuperação e acesso às informações contidas nos documentos fotográficos.

Palavras-chave: Ciências da Informação; Arquivologia; Museologia; Arquivo Fotográfico - tratamento arquivístico; Fotografia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo defender a importância do tratamento arquivístico de um acervo fotográfico de um museu apresentando as relações entre a Museologia e a Arquivologia no que diz respeito a seu objeto de estudo comum: a informação registrada, bem como as semelhanças entre arquivo e museu, e nesse universo das ciências da informação, apresentar e justificar a importância de alguns procedimentos que podem ser aplicados a uma espécie documental específica: a fotografia considerando-a um documento arquivístico.

O trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro cita as Ciências da Informação, a Arquivologia e a Museologia e duas das instituições de custódia e disseminação da informação: os Arquivos e os Museus. O segundo apresenta algumas das etapas do tratamento arquivístico que pode ser aplicado em um acervo fotográfico, citando como exemplo o acervo do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã.

O presente trabalho também procura mostrar que, a atuação do profissional Arquivista é fundamental para a aplicação desse tratamento em suas fases de diagnóstico, identificação, descrição e elaboração dos instrumentos de pesquisa, conservação e preservação de fotografias, visando à agilidade na recuperação da informação e a preservação da memória contida neste tão importante suporte informacional.

O interesse pelo tema justifica-se pela necessidade de desenvolver medidas de organização contemplando não só os cuidados com o suporte, mas também com os conteúdos informacionais dos documentos fotográficos. A maior parte da literatura encontrada sobre fotografias trata-se apenas da conservação e preservação dos suportes, fator que também motivou a escolha deste tema pelo anseio em produzir algo novo dentro deste contexto.

Os apontamentos feitos no trabalho foram baseados na literatura das áreas de Arquivologia, Museologia, Fotografia e Ciências da Informação em geral; complementados com a experiência adquirida no acervo fotográfico do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã - “Espaço de Memória”, local onde trabalho desde setembro de 2005.

CAPÍTULO I - O ARQUIVO FOTOGRÁFICO NO UNIVERSO DAS CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

A Museologia e a Arquivologia, incluindo a Biblioteconomia possuem alguns aspectos em comum: ambas têm como objeto de estudo a informação, porém, não é com qualquer tipo de informação que lidam estas três áreas como afirma Johanna Smit que as chama de “as três Marias” ou “as três irmãs” (SMIT, 1993 p. 81).

[...] nem toda a informação que circula pelo mundo afora nos diz respeito; é necessário fazer um corte epistemológico neste universo informacional e postular que o objeto das três irmãs é uma informação que foi registrada, tendo, portanto, em algum ponto do universo uma existência concreta, um suporte. A questão do registro permite chegar à idéia do estoque, ou do acervo, ou ainda às definições já tradicionais de arquivos, bibliotecas ou museus. [...] (SMIT, p. 121).

A diferença entre a Museologia e a Arquivologia está no tipo de informação com que cada uma trabalha: a Museologia lida com a informação museológica informando sobre a sociedade que gerou, utilizou ou transformou os objetos, sendo que estes podem ser contextualizados de inúmeras maneiras de acordo com a opção do museu. A Arquivologia, por sua vez trabalha com a informação arquivística informando sobre a administração que a acumulou, ou seja, adquirindo sentido quando contextualizada em suas condições de produção.

Partindo da compreensão das duas áreas, é possível compreender as semelhanças entre as instituições as quais elas estão inseridas, ou seja, os museus e os arquivos, no caso do trabalho, os arquivos permanentes. Seus acervos custodiam diversos suportes de registros de informações e possuem como missões a salvaguarda, a conservação e preservação da memória e do patrimônio histórico, bem como a disponibilização das informações de maneira a subsidiar a pesquisa e colaborar na produção de conhecimentos para a sociedade. Entretanto, possuem diferenças sendo que uma delas é a maneira pela qual se origina o acervo.

Os museus são constituídos de documentos que podem ser de origem artística ou funcional. Pode ser um museu de arte, de história natural, um museu de imagens e de sons e entre outros estão os museus de história. Nestes, os materiais são objetos

testemunhos de uma cultura, de um povo e refletem a sua identidade sua forma de aquisição se dá em geral por compra, doação ou permuta e seus valores são atribuídos individualmente.

Os arquivos, por sua vez, custodiam documentos de diversos suportes que foram gerados no decorrer de atividades de pessoas físicas ou jurídicas e possui seus próprios princípios conforme será exposto posteriormente.

Após a análise destas definições de duas das instituições de custódia de documentos, parte-se para o estudo da fotografia que é encontrada tanto em museus quanto em arquivos permanentes. Partindo do pressuposto que “documento é a unidade constituída pela informação e seu suporte”. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 28) pode-se considerar que a fotografia, por ser constituída de um suporte e também servir de registro de informações, é considerada documento. Um documento que ao longo dos anos atendeu a diversas finalidades todas em torno de sua função básica, a de registrar algo através da imagem e que pode ser considerado arquivístico; isto porque para as fotografias também são necessários procedimentos de tratamento e, dependendo do acervo, também podem corresponder a alguns princípios arquivísticos.

São esses princípios: princípio da proveniência ou do respeito aos fundos: “Princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 61); princípio da organicidade, “qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (BELLOTTO, 2002, p. 21); princípio da unicidade: os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos (BELLOTTO, 2002 p. 21) e princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida (BELLOTTO, 2002 p. 21).

Em um acervo fotográfico, as fotografias possuem valores individuais, mas podem existir conjuntos de fotografias que foram feitas a partir de um mesmo evento ou objetivo. Estas, não podem ser separadas para manter a organicidade. Por exemplo: o acervo do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã é composto de fotografias doadas por pioneiros e pessoas da comunidade, fotografias provenientes da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal e fotografias de eventos promovidos pela Fundação Cultural. As fotos dos pioneiros (foram considerados pioneiros os que chegaram ao município até o ano de 1947) podem ser analisadas individualmente, pois no início da colonização como não havia muitos



recursos financeiros, costumava-se registrar em apenas uma foto o evento ou a família. Mas a partir da década de 1950, a Prefeitura, instalada em 1947 começou a produzir um número maior de fotos, em eventos importantes eram feitas cerca de até dez fotos. Esse fenômeno aumentou com o passar dos anos, a partir da década de 1980, é possível encontrar mais de 40 fotos do mesmo evento. Nesse sentido, os princípios da proveniência, da indivisibilidade, e da organicidade podem ser aplicados, de maneira a permitir uma melhor compreensão e utilização do acervo.

CAPÍTULO II - TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU HISTÓRICO E DE ARTES DE IBIPORÃ

Algumas das etapas da gestão de um acervo fotográfico e do tratamento arquivístico que a ele pode ser aplicado são: o diagnóstico do acervo, a identificação, a descrição e elaboração dos instrumentos de pesquisa e a conservação e preservação das fotografias. A seguir, as explicações desses procedimentos e sua aplicação no acervo fotográfico do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã.

2.1- O Diagnóstico

Como se sabe, o trabalho com um acervo deve começar com o diagnóstico, porque é através dele que é possível conhecer a instituição, compreender como e porque os documentos foram produzidos, os recursos humanos e materiais disponíveis e estabelecer as etapas do trabalho. Lopes (1997) cita alguns processos importantes na elaboração do diagnóstico. Segundo ele, o trabalho deve começar pelo estudo da sociologia e história da organização, fazendo uma descrição e análise da evolução das atividades e dos dados iminentes da função e estrutura da organização. Além disso, são necessários conhecimentos sobre os que geraram as informações registradas, ou seja, os produtores dos documentos.

As quantidades de documentos, os conteúdos informacionais, as unidades físicas de arquivamento como movelaria e embalagens utilizadas, os modos originais de arquivamento, se há algum modo de classificação, avaliação e descrição e o uso de tecnologias de informação também devem ser estudados cuidadosamente.

Dessa forma, a primeira atividade do Arquivista frente à organização de um acervo fotográfico, deve ser o diagnóstico. Para tanto, a primeira coisa a se fazer é estudar seu histórico de formação bem como o histórico da instituição a qual está custodiado. Em seguida, faz-se necessário identificar o conteúdo informacional das fotos, datas-limite e assuntos, além dos aspectos físicos como quantidade, formatos, estado físico, condições de acondicionamento, entre outras. É fundamental observar também a finalidade e uso do acervo, a frequência de consulta, estudar os usuários, as formas de aquisição e as maneiras

utilizadas para classificar e descrever o arquivo.

2.1.1- O estudo da história do município

No Museu Histórico e de Artes de Ibioporã, o diagnóstico foi realizado começando pelo estudo da história do município. Ibioporã foi reconhecido como município no dia oito de novembro de 1947, quando o então Governador do Estado do Paraná, Sr. Moisés Lupión assinou o Ato de Instalação do município e nomeou o Sr. José Pires de Godoy para ser seu primeiro Prefeito. Porém, com pesquisas em livros e documentos e com a realização de entrevistas com pioneiros foi possível descobrir que a história de Ibioporã começa muito antes do que diz a história oficial ainda que as fotografias tragam registros somente a partir da década de 1930 quando o município recebeu centenas de colonizadores em busca da fertilidade da terra roxa.

Para compreender o conteúdo informacional das fotografias e realizar o trabalho é necessário possuir conhecimentos das pessoas e suas respectivas famílias ibiporãenses, as obras realizadas pela Prefeitura e suas respectivas datas, ser capaz de reconhecer os locais da cidade (ruas, avenidas, praças, estabelecimentos, etc.). Este trabalho nos Museus, na maioria das vezes é desenvolvido por Historiadores, que adquirem em sua formação conhecimentos de técnicas para levantamento de dados, técnicas de entrevistas no que diz respeito à história oral, entre outras; porém pode ser realizado por outros profissionais desde que possuam empenho e dedicação.

2.1.2- O levantamento do histórico de formação do acervo

Com base na pesquisa em documentos como relatórios e fotografias de eventos, entrevistas com pessoas que trabalharam na época e na própria observação direta do acervo, foi possível identificar o histórico de sua formação assim como o da instituição a qual está vinculado.

O Museu Histórico e de Artes de Ibioporã, foi criado no ano de 1985, quando foram coletados materiais e fotografias sobre a história do município e realizadas algumas exposições pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal. No ano de 1987, foi criada a Fundação Cultural de Ibioporã, uma autarquia da Prefeitura Municipal a qual o

Museu é subordinado. Durante a década de 1990, pouco foi desenvolvido no acervo, sendo que no ano 2000, foi transferido de uma sala da Prefeitura para um edifício na principal avenida da cidade onde permaneceu até o ano de 2005, ano em que foi transferido para o local atual, um edifício construído na década de 1960 para sediar a Prefeitura Municipal. Em Janeiro de 2005 tomou posse a atual administração da Fundação Cultural que, se preocupando com o acervo, iniciou no mês de março, um novo trabalho de organização, acondicionamento e identificação de fotografias, visando a reconstituição e preservação da história do município, além de sua divulgação através da realização de exposições. Desde então, o Museu Histórico e de Artes de Ipirorã que possui este nome segundo a Lei Nº 1701/2001 (IBIPORÃ, 2001) passou a ser chamado também de “Espaço de Memória”.

São objetivos do “Espaço de Memória” a recuperação da história do município através de entrevistas com pioneiros e pessoas da comunidade; a organização e conservação do acervo existente; a ampliação do acervo com a ajuda da população que empresta ou doa materiais, principalmente fotografias; o atendimento aos usuários; a realização de exposições e a publicação de um livro sobre a história do município.

2.1.3- A identificação do conteúdo informacional das fotos

O acervo do Museu Histórico e de Artes de Ipirorã começa a registrar a história nas fotografias a partir da época da colonização. As fotografias mais antigas, com raras exceções, representam os seguintes fatos: o desmatamento, as plantações de café, as serrarias que existiam com a finalidade de preparar a madeira para as construções, o desenvolvimento da cidade com ruas, avenidas e alguns estabelecimentos comerciais, as igrejas e escolas com as respectivas celebrações que ocorriam e a construção da Estação Ferroviária e linha férrea. O volume de fotos desta época é bem pequeno já que era feita apenas uma foto por família ou evento. Isto ocorria devido ao alto custo financeiro e a dificuldade de acessibilidade, pois muitas vezes o fotógrafo era de outra cidade. Todas as fotografias dessa época foram doadas por pioneiros.

Em oito de novembro de 1947, houve a nomeação do primeiro Prefeito e cerca de um mês depois, a primeira eleição. A partir de então, outros conteúdos começam a se destacar nas fotografias do acervo como as obras da Prefeitura nos setores de asfalto, de água, de energia, inaugurações., eventos comemorativos, culturais, políticos, entre outros.

2.1.4- Levantamento dos aspectos físicos

A parte do diagnóstico de quantificação do acervo, por formatos e tamanhos, não foi concluída, mas calcula-se que existam cerca de 15000 fotografias, além de alguns negativos.

Desse total, cerca de 3500 estavam acondicionadas em folhas de cartolina comum, colocadas em pastas suspensas de papelão e armazenadas em armários de aço. As demais fotos e alguns negativos estavam soltas em caixas de papelão e armazenadas em um balcão de madeira. Todas as fotos ficavam em uma sala que permanecia fechada, sem ventilação. Os materiais apresentavam varias deficiências graves à conservação como acidez e mofo.

2.1.5- Estudo de usuários/ uso do acervo

Os usuários do acervo são estudantes de ensino fundamental, médio e superior que buscam no acervo dados para pesquisas escolares e usam as fotografias para comprovar e representar as informações levantadas, além de professores, que também buscam informações e imagens para ilustrar suas aulas.

Uma outra forma de uso do acervo ocorre por parte dos cidadãos ibiporãenses e de outras pessoas que buscam no acervo fotografias que registram suas famílias e gerações passadas; muitos pedem reproduções de fotografias. As fotos também são utilizadas para ilustrar as exposições realizadas.

2.1.6- Formas de classificação e descrição encontradas

Parte do acervo, as fotografias a partir de 1989 estavam classificadas por gestão de Prefeito. Uma descrição precária foi feita apenas para as cerca 3500 fotos (anteriores a 1989) que estavam nas cartolinas, a estas foram atribuídos números em ordem sequencial que foram carimbados em seus versos e anotados em um livro de registro. Porém, muitas informações faltavam, ou estavam erradas e não havia classificação.

2.2- Arranjo e ordenação propostos

Após a realização do diagnóstico, o trabalho de gestão do acervo fotográfico continua com a elaboração do plano de arranjo que é a denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes.

Para a elaboração do plano de arranjo, houve uma discussão em que foi acordado que o acervo fotográfico seria dividido em séries da seguinte maneira: uma para as fotografias dos pioneiros; uma para cada administração da Prefeitura e outra para as fotografias da Fundação Cultural. Cada série seria dividida em sub séries, conforme o plano de arranjo de cada uma. A ordenação interna das séries e sub séries seria de forma cronológica e realizada após a classificação para dar seqüência no processo de organização.

Algumas formas de classificação foram pensadas, mas observou-se que não poderiam ser aplicadas. Por exemplo: se houvesse uma única classificação para todo o acervo, não seria possível, porque os assuntos presentes na época dos pioneiros e que originariam sub-séries denominadas famílias, igrejas, cidade, velórios, etc., não seriam os mesmos com o passar do tempo. Com a evolução da Prefeitura, seriam necessárias outras sub-séries como: fotografias relacionadas à água, fotografias relacionadas à energia, fotografias relacionadas ao asfalto, devido ao grande número de fotos de cada um desses assuntos e que, a partir dos anos 1970, estes mesmos assuntos fariam parte de uma única sub-série, denominada apenas obras de urbanização. Nesta época poderiam surgir sub-séries como bairros, esportes, etc., que não existiam anteriormente.

Outra forma proposta foi buscar o organograma da Prefeitura Municipal de cada gestão e organizar as fotografias de acordo com a estrutura e com os assuntos que pertenciam a cada secretaria. Mas, dessa maneira também não foi possível, pois a Prefeitura não guarda os organogramas das gestões anteriores.

A partir dessas constatações, a melhor forma foi ter um plano de arranjo diferente para cada série, definido a partir do diagnóstico e da observação dos assuntos que poderiam ser encontrados em cada uma.

2.3- A identificação individual das fotografias

Para elaborar o Plano de Arranjo e distribuir as fotografias, é necessário que elas estejam todas identificadas. Porém é comum ocorrer o fato das fotografias serem acumuladas sem manter algum registro de suas informações básicas como local, data, nomes das pessoas e evento representado.

O acervo do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã, no início do trabalho de organização, podia ser comparado com o que Lopes (1997) chama de “massa documental acumulada”, ou seja, um grande volume de documentos sem critérios de classificação, descrição, identificação, enfim, acumulados sem nenhuma forma de organização.

A classificação das fotografias só é possível após sua identificação, pois quando se olha para uma fotografia de uma reunião de pessoas, por exemplo, sem algum conhecimento prévio, é impossível saber se é um evento relacionado à política, à religião, à economia, à família, etc.

O trabalho de identificação é bastante complexo, principalmente com as fotografias mais antigas. É necessário pedir ajuda à pessoas que viveram na época, mas, muitas delas, não conseguem se lembrar, ou lembram apenas de algumas pessoas, ou não se lembram da data e muitas vezes é necessário entrevistar mais de duas pessoas, para poder ter maior certeza das informações.

Esta fase do trabalho é importante que seja feita por um Historiador, e que o Arquivista, apenas organize as informações por ele produzidas. Porém, dependendo da instituição, o Arquivista não conta com esse profissional para auxiliá-lo, então ele necessita desenvolver o trabalho sozinho, aprofundando seus conhecimentos sobre o determinado contexto de que tratam as fotografias e desenvolvendo as atividades com base nas técnicas utilizadas na História para a coleta de informações. No caso do Museu em questão, o trabalho é desenvolvido por uma professora graduada em Letras mas que possui amplos conhecimentos da história local e um excelente relacionamento com a comunidade, o que facilita o trabalho de investigação histórica.

2.4- A descrição e a elaboração dos instrumentos de pesquisa

A descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas

séries e/ou nas unidades documentais cheguem até os pesquisadores. Para tornar o acervo acessível no menor espaço de tempo e para o maior número de pessoas possível, bem como para evitar o manuseio utilizado na busca direta, é necessário que as fotografias estejam representadas em instrumentos de pesquisa através da descrição. É através dos instrumentos de pesquisa que se torna possível o acesso, a consulta e o controle dos documentos, não só pelos funcionários do arquivo, mas também pelos usuários, tais instrumentos também são importantes formas de divulgação do acervo, uma vez que, através deles, os usuários obtêm informações de como e o que pode ser encontrado no acervo. Os três tipos de instrumentos de pesquisa mais utilizados são: os guias, os inventários e os catálogos. O que os difere são os diferentes níveis de descrição conforme pode ser percebido nos apontamentos a seguir.

2.4.1- O guia

O guia é o primeiro instrumento de pesquisa que deve ser produzido no acervo, seu nível de descrição é o fundo. Este instrumento funciona como o verdadeiro cartão de visita da instituição, pois nele constam informações que possibilitam uma visão geral do acervo e da instituição contendo informações práticas como endereços, telefones e horários de atendimento; informações específicas como fundos e coleções que possui, condições de organização, condições físicas e jurídicas de acesso e reprodução de documentos, além do histórico da instituição e de formação do acervo.

2.4.2- O inventário

O inventário é pela ordem hierárquica, o instrumento que segue o guia. É o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes de um fundo. Conforme aponta Bellotto (2004 p. 197) [...] “é um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica” [...]. Seu objetivo é fornecer uma visão sumária do fundo e de suas coleções, abordando os conjuntos documentais e seus níveis de organização e apresentando dados sobre as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e ordenação.

2.4.3- O Catálogo

O catálogo é o instrumento que dá continuidade ao inventário. Seu nível de descrição, que deve ser feita de forma sumária ou pormenorizada, são as unidades documentais que. E é nessa fase de catalogação que deve ser feito o processo de análise documentária das fotografias que segundo Manini (2002), compreende a identificação do conteúdo informacional de sua imagem que será pesquisado através da representação escrita com a finalidade da recuperação da informação imagética pelo usuário. Segundo a autora, para a representação documentária de imagens pode-se utilizar a resposta de algumas perguntas: Quem? Onde? Quando? O que? Como? Além de colher informações do conjunto maior em que estas estão inseridas.

A catalogação e indexação da fotografia através da análise documentária é uma tarefa complexa e que para ser feita, deve-se ter sempre em mente os diferentes tipos de usuários que, com objetivos e interesses diversos irão recuperar a informação. Uma fotografia pode conter muitos elementos e representar vários aspectos, a análise documentária deve contemplar todos eles.

Os três tipos de instrumentos de pesquisa citados podem ser desenvolvidos no acervo fotográfico do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã mas devido ao grande número de fotografias, a falta de recursos humanos e materiais ainda não foi possível a elaboração do catálogo para todo o acervo, ou seja, descrever todas as fotografias individualmente. Provisoriamente, está sendo catalogada apenas a série Pioneiros e as demais serão apenas inventariadas.

Os instrumentos de pesquisa podem ser produzidos manualmente e impressos ou eletronicamente em bases de dados. No caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã, há um projeto de digitalização das fotografias, montagem de um banco de imagens e de instrumentos de pesquisa eletrônicos.

2.5- A conservação e a preservação de fotografias

As fotografias são documentos de caráter permanente por natureza, porém são constituídas de suportes frágeis e para que se mantenham íntegras ao longo do tempo, é

necessária uma série de medidas e cuidados tais como a limpeza, tanto dos materiais como da área de guarda; o acondicionamento e armazenamento em materiais e mobiliário adequados; o gerenciamento ambiental da área do arquivo; cuidados ao manuseio, a utilização de formas de reprodução e restauração adequadas, entre outros. Todas essas medidas serão estabelecidas após a identificação dos materiais utilizados na constituição das três partes das fotografias que, de acordo com a Oficina de Introdução à Conservação Fotográfica (FUNARTE, 2000) são os suportes, os ligantes e as substâncias formadoras de imagens.

Muitas são as formas de deterioração, de causas intrínsecas e extrínsecas pelas quais podem passar as fotografias. Algumas das causas extrínsecas são causadas pelo próprio homem que ao manusear o documento sem luvas ou qualquer cuidado poderá causar danos como marcas de digitais, sujidades, abrasões, rasgos, fraturas ou perdas. Sabe-se que outros tipos de deterioração também são causados pelo homem: o consumo de alimentos, bebidas ou cigarros na área de armazenamento, bem como o mau uso dos materiais expondo-os à luz, a formas de reprodução e restauração não recomendadas, etc. Outras formas de deterioração extrínsecas são pelo acondicionamento das fotografias em materiais inadequados e as ligadas às condições ambientais como a falta de controle da temperatura e umidade.

As formas de deterioração intrínsecas estão ligadas aos materiais presentes na estrutura das fotografias que se forem de má qualidade também são prejudiciais.

De acordo com o exposto, citam-se dois dos procedimentos de conservação que devem ser aplicados de maneira a evitar a deterioração dos materiais fotográficos e que foram utilizados no acervo do Museu Histórico e de Artes de Ipirorã.

2.5.1- A higienização

Todas as fotografias antes de serem inseridas no acervo devem passar por um processo de higienização, isto para evitar que sejam contaminados outros documentos com fungos e bactérias que por ventura possam estar presentes em seus suportes. A higienização pode ser mecânica ou química.

A higienização mecânica deve ser feita com pó de borracha que deve ser friccionado com a ajuda de uma almofadinha de algodão para remover as sujidades apenas do verso. Sobre a película, nada deve ser passado embora alguns autores como Sandra Baruki e

Nazareth Coury ¹ dizem que um pincel macio pode ser usado. O ideal é que se utilize uma seringa de borracha também chamada de pêra sopradora para soprar e remover as sujidades superficiais.

A higienização química é mais profunda e serve para retirar restos de colas e fitas adesivas. Esta deve ser feita cuidadosamente com a ajuda de ferramentas como pinças e bisturis e de produtos como cola CMC (Carbox Metil Celulose).

É importante ressaltar que os materiais fotográficos com o passar dos anos adquirem marcas do tempo como o amarelecimento; a higienização não deve destruir essas marcas. ²

2.6- O acondicionamento

Após a limpeza, o acondicionamento de fotografias é de fundamental importância para a sua conservação. Os materiais mais adequados para ser utilizado na confecção de invólucros de fotografias e negativos são os filmes de poliéster, os papéis neutros (com pH próximo ao 7,0) ou alcalinos (pH entre 7,5 e 8,5), pois outros papéis contêm acidez que é transmitida para as fotografias causando a deterioração apresentada nas formas de amarelecimento, esmaecimento e manchas.

No Museu Histórico e de Artes de Ibiporã, devido à falta de recursos financeiros, o acondicionamento do acervo está sendo feito em folhas de papel sulfite, (que hoje é produzido com tecnologia alcalina), nas quais as fotografias são fixadas com o uso de cantoneiras feitas com o mesmo papel ou com filme de poliéster e depois colocadas em pastas catálogo. Sabe-se que tal procedimento não é o mais correto, por causa do plástico usado na confecção destas pastas não ser de qualidade arquivística, porém este sendo de grande valia evitando danos causados pelo manuseio, sujeira e dispersão das fotografias. O armazenamento está sendo feito em armários de aço.

Outras medidas além da higienização e acondicionamento são adotadas pelo Museu como orientação aos funcionários e estagiários para que não consumam

¹ *Treinamento em Conservação Fotográfica: a orientação técnica do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte.* Sem data.

² As informações citadas no item 2.5.1 foram obtidas no Minicurso: “Preservação de Fotografias: conservação preventiva e restauração”, durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, Campos do Jordão, 2005.

alimentos, bebidas e cigarros na área de armazenamento e as fotografias são reproduzidas para serem expostas, evitando assim a deterioração dos originais, bem como furtos ou extravios. Também existe um projeto de digitalizar todo o acervo para facilitar a consulta e evitar o constante manuseio dos originais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos feitos no trabalho, chega-se a algumas conclusões a respeito da importância da Arquivística e sua atuação dentro de um contexto específico: os acervos fotográficos custodiados por Museus. No trabalho é possível compreender a importância desses acervos, bem como dos procedimentos que, embora tratados de forma introdutória, mostram como são fundamentais para o devido tratamento tanto das informações, quanto dos suportes das fotografias, fazendo com que estas tenham o maior tempo de vida útil possível e estejam acessíveis a quantos delas necessitarem.

Além disso, fica evidente que, a atuação do profissional Arquivista, aplicando seus conhecimentos adquiridos no decorrer de sua formação, é fundamental dentro dos Museus para cumprir seus objetivos de preservar a memória e contribuir na produção de conhecimento para a sociedade.

Finalizando, é possível perceber, através da exposição do caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã- “Espaço de Memória” em que são citadas as medidas que foram ou podem ser adotadas, uma experiência prática da contribuição da Arquivística, e que vem a esclarecer e complementar os aspectos levantados.



REFERÊNCIAS

- ANCONA LOPES, André Porto. *Como descrever documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2002. 60p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental- 2ª edição revista e ampliada*- Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004. 320 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística; Objetos, princípios e rumos*. São Paulo:
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996. 142 p.
- DUARTE, Zeny. Minicurso: Preservação de Fotografias: Conservação preventiva e restauração. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005. Campos do Jordão, 2005.
- IBIPORÃ. *Lei Nº 1701/2001. Cria o Museu Histórico e de Artes de Ibiporã*. Ibiporã, Câmara de Vereadores Municipal, 2001.
- LOPES, Luis Carlos. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. 143 p.
- MANINI, Miriam Paula. *Análise Documentária de Fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)- Universidade de São Paulo. São Paulo.
- OFICINA DE INTRODUÇÃO À CONSERVAÇÃO FOTOGRÁFICA. 2000, Rio de Janeiro: Funarte, 2000.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Ver. Ampl. Reimp.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 225 p.
- SMIT, Johanna W. *O Documento audiovisual e a proximidade entre as 3 Marias*. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* v. 26. São Paulo, 1993.
- SMIT, Johanna W. O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia.